

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA**
2 **HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE**
3 **NOVEMBRO DE 2017, NA SEDE DA AGEVAP, EM RESENDE - RJ.** Aos vinte e três dias do mês de
4 novembro de dois mil e dezessete, instalou-se a 2ª Reunião Extraordinária do CEIVAP, na sede da AGEVAP,
5 em Resende/RJ, com a **presença dos seguintes membros:** Minas Gerais – Eduardo Araújo (IGAM/MG),
6 Evrsto Gonçalves Peixoto (Prefeitura de Pirapetinga), Flávio de Paula (COPASA), Deivid Lucas de Oliveira
7 (FIEMG), Geraldo Sérgio dos S. Werneck (Companhia Brasileira de Alumínio), Irineu Cortez Junior (Brasil
8 PCH), João Emídio Lima da Silva (IAVARP), Matheus Machado Cremonese (PREA), Luiz Tomaz C. C.
9 Pereira (Fundação Banco do Brasil), Marine Cirino Grossi Reis (IF Sudeste MG – Rio Pomba), Jackson
10 Leandro M. Gonçalves (FUPAC); Rio de Janeiro – Eliane Barbosa (SEA/RJ), Moema Versiani (INEA/RJ),
11 Licius de Sá Freire (FIPERJ/RJ), Sildecir Alves Ribeiro (Prefeitura de Itaocara), Jociara M. Pedra Matos
12 (Prefeitura de São João da Barra), Eduardo Schlaepfer R. Dantas (CEDAE), Thiago Guedes de Freitas (Águas
13 das Agulhas Negras), Thaís de Assis Ouverney (AEASUF), Humberto Duarte de Andrade (Light Energia), João
14 Gomes Siqueira (UENF), Eliana Michelle Paviotti Fischer (AEDB), Luiza Figueiredo Salles (ECOANZOL),
15 Roberto Machado de Oliveira (Instituto Rio Carioca), Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida!),
16 Vera de Fátima Martins (ACAMPAR); São Paulo – Wanderley de A. Soares Junior (Sec. Est. de Saneamento),
17 Marcos Martinelli (Sec. Est. de Agricultura e Abastecimento), Ana Maria de Gouvea (Prefeitura de Piquete),
18 Agenor Micaelli dos Santos (Prefeitura de Caçapava), Maria Aparecida de O. S. Cabral (CIESP Taubaté),
19 Thiago Eustáchio (Usina Paulista Lavrinhas de Energia), João Alberto C. de Oliveira (CESP), Laurentino
20 Gonçalves Dias (Fundação Christiano Rosa), Elias Adriano dos Santos (AJADES), Luiz Roberto Barretti
21 (ABES/SP); **dos seguintes convidados:** Marcos Lima (Prefeitura de Descoberto), Letícia de Souza (Prefeitura
22 de Descoberto), Eduardo Paes (Prefeitura de Cambuci), Luiz Silvério (Prefeitura de Cambuci), Felipe Hungria
23 (Prefeitura de Palma), Antônio Paulo Neto (Prefeitura de Areias), Adilson Trindade (Universidade de São
24 Paulo), Marcos da Silva Faria (Fundação Cristiano Rosa), Fabrício Cesar Gomes (DAEE/CBH-PS), Alexandre
25 Rosa Gomes (Prefeitura de São João da Barra), Marilda C. Lima da Silva (IAVARP), Ronaldo S. Cruz
26 (CEAVARP), Sergio Adrian de Souza (Prefeitura de Miracema), Geraldo T. André Neto (Prefeitura de
27 Miracema), Luiz Mário A. Concebida (FIRJAN/CBH-BPSI), Paulo Henrique S. (Prefeitura de Areias), Gilberto
28 Martins Esteves (Prefeitura de São José do Rio Preto), Eluá N. Torres de Andrade (Secretaria do Meio
29 Ambiente), Guilherme Silva Guedes (Secretaria do Meio Ambiente), Ana Lúcia B. (Prefeitura de São Luiz do
30 Paraitinga), Aldefran Lacerda de Matos (Conselho de Administração da AGEVAP), Nilson Alves da Silva
31 (Prefeitura de São Luís do Paraitinga), Maxwel de Lima (Prefeitura de Pirapetinga); **para tratar da seguinte**
32 **pauta: 1** – Abertura da Sessão; **2** – Apresentação da Ordem do Dia; **3** – Aprovação da Deliberação CEIVAP que
33 dispõe sobre o 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão; **4** – Aprovação Deliberação CEIVAP que dispõe
34 sobre o Termo de Referência para contratação dos estudos visando a proposição de mecanismos e valores a
35 serem cobrados pelo uso de recursos Hídricos na Bacia do Paraíba do Sul; **5** – Aprovação Deliberação CEIVAP
36 que dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Revisão do Plano da Bacia
37 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – GT Plano; **6** – Aprovação Deliberação CEIVAP que dispõe sobre a
38 criação do Grupo de Trabalho Resíduos Sólidos – GT Resíduos; **7** – Assinatura dos Termos de Cooperação
39 Técnica para realização dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS de
40 municípios da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul; e; **8** – Assuntos Gerais. Conferido o quórum, o Vice-
41 Presidente do CEIVAP, Sr. Matheus Machado Cremonese, abriu a 2ª Reunião Ordinária da CTC de 2017,
42 agradecendo a presença de todos e passando para a discussão do primeiro item da pauta. **ITEM 1: Abertura da**
43 **Sessão** – Ao término da 2ª Reunião Ordinária do CEIVAP, o Sr. Matheus Machado Cremonese, Vice-Presidente
44 do Comitê deu início à reunião. **ITEM 2: Apresentação da Ordem do Dia** – O Sr. Matheus Machado
45 Cremonese (CEIVAP) leu a Ordem do Dia para os presentes e a Sra. Eliane Barbosa (SEA/RJ) sugeriu
46 acrescentar “celebrado entre ANA e AGEVAP” ao título do Item 3 de pauta. **ITEM 7: Assinatura dos Termos**
47 **de Cooperação Técnica para realização dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos –**
48 **PMGIRS de municípios da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul** – o Sr. Matheus Machado Cremonese
49 (CEIVAP), a pedido do Sr. André Marques (AGEVAP), antecipou o item 7 com o consentimento de todos. O
50 Sr. André Marques (AGEVAP) disse que o item se tratava da assinatura entre a AGEVAP e onze (Passa Vinte,
51 Rodeiro, Pirapetinga, Lima Duarte, Cambuci, Rio das Flores, São João da Barra, Descoberto, Miracema, São
52 José do Vale do Rio Preto, São Luis do Paraitinga) municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul que
53 foram contemplados no edital. Os representantes dos municípios presentes foram chamados para assinatura do
54 contrato e o investimento, ao todo, chegará a um milhão e oitocentos e quarenta e nove mil reais. **ITEM 3:**
55 **Aprovação da Deliberação CEIVAP que dispõe sobre o 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão** – O Sr.
56 André Marques (AGEVAP) explicou que todo ano a Agência Nacional de Águas (ANA) faz o repasse do
57 DOTE, quando os recursos não são suficientes para custeio e o Termo Aditivo em votação aprova dois DOTES
58 um de 2017 e outro de 2018, tendo em vista que a ANA está investindo um milhão de reais para a AGEVAP e
59 para o PCJ implementem o Papel Zero e a auditoria online. O Sr. Matheus Machado Cremonese (CEIVAP)
60 colocou a deliberação em votação e não havendo manifestações em relação ao conteúdo, a mesma foi aprovada.
61 **ITEM 4: Aprovação Deliberação CEIVAP que dispõe sobre o Termo de Referência para contratação dos**
62 **estudos visando a proposição de mecanismos e valores a serem cobrados pelo uso de recursos Hídricos na**

63 **Bacia do Paraíba do Sul** - o Sr. Matheus Machado Cremonese (CEIVAP) disse que o termo precisa ser
64 assinado ainda em 2017 para que a AGEVAP consiga atingir suas metas e receba os recursos destinados ao
65 Papel Zero e do DOTE. A Sra. Juliana Fernandes (AGEVAP) fez uma apresentação sobre o *status* da elaboração
66 do TdR, informando que o valor do contrato ainda não foi fechado, mas gira em torno de quinhentos mil reais e
67 tem previsão de oito meses tendo em vista que a AGEVAP precisa apresentar ao CEIVAP uma nova proposta
68 de metodologia em 2018. A Sra. Eliane Barbosa (SEA/RJ) perguntou se o Plano de Bacia também é uma meta
69 do contrato de gestão. A Sra. Juliana Fernandes (AGEVAP) respondeu que a conclusão do Plano é meta para
70 2018 e que a empresa anteriormente contratada elaborou até a etapa de prognóstico, depois disso foi feito o TdR
71 que foi aprovado na CTC e, atualmente, encontra-se na fase de licitação para contratação da empresa e a
72 previsão é de doze meses para a finalização dos Planos dos quatro comitês fluminenses com o valor estimado de
73 dois milhões e meio de reais. O Sr. Matheus Machado Cremonese (CEIVAP) propôs que o Termo fosse votado
74 e depois decidiriam contemplar ou não a sugestão do Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES/SP) de incluir um item de
75 estudo sobre as águas transpostas. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida!) sugeriu aprovar o
76 termo como está e acrescentar o aumento de cem por cento do valor do PPU para 2019. A Sra. Moema Versiani
77 (INEA/RJ) mencionou que não seria uma boa hora para discutir o aumento do PPU e por isso sugeriu que o
78 termo fosse assinado desde que o CEIVAP coloque em sua pauta o reajuste de PPU. O Sr. Marcos Martinelli
79 Sec. Est. de Agricultura e Abastecimento) disse que antes de pensar no reajuste, mesmo que seja no indexador
80 econômico, é preciso ver os impactos junto com os setores. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES/SP) comentou
81 que não pode encaminhar propostas sem fundamentação, pois não serão aceitas pelo Conselho Nacional de
82 Recursos Hídricos. O Sr. Deivid de Oliveira (FIEMG/MG) disse que, como representante dos usuários,
83 demonstrou-se contrário à proposta, pois a mesma não pensa no impacto causado para o usuário e pediu que
84 haja um estudo anterior à alteração na cobrança. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) concordou que
85 deve haver mais estudos a fim de embasar a cobrança pelo uso de recursos hídricos. O Sr. Lício Sá
86 (FIPERJ/RJ) defendeu que o reajuste na cobrança é necessário tendo em vista que todos os outros setores de
87 economia subiram seus preços, com exceção da água, e isso desvaloriza o recurso hídrico. Ele mencionou que o
88 reajuste de cem por cento não é o suficiente. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida!) disse
89 que está defendendo o estudo para a correção de inflação a ser aplicada em 2019. A Sra. Moema Versiani
90 (INEA/RJ) falou que a bacia do Rio Paraíba do Sul já possui muitos estudos e que não se trata de aumentar o
91 valor, mas sim de fazer uma atualização inflacionária seguindo o processo legal, passando pelo comitê de bacia,
92 referendado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e implementado pelo órgão gestor. A representante
93 do INEA complementou dizendo que precisam aprovar o TdR e aumentar o PPU. O Sr. Matheus Machado
94 Cremonese (CEIVAP) falou que o assunto pode ser item de pauta da próxima reunião da Câmara Técnica
95 Consultiva. A Sra. Eliane Barbosa (SEA/RJ) proferiu que, até o momento, a correção inflacionária seria de
96 cento e vinte e cinco por cento e precisa ser aprovada. A representante da SEA/RJ disse que a bacia do rio
97 Paraíba do Sul já possui amplos estudos, inclusive estudo de caso feito pela OCDE, e que ao realizar mais
98 estudos sobre a cobrança seriam gastos cerca de quinhentos mil reais em pesquisas já conhecidas. A Sra. Eliane
99 Barbosa (SEA/RJ) propôs que haja uma condicionante na deliberação para reajustar, em 2019, o PPU segundo a
100 inflação. Três propostas foram sugeridas na plenária: acréscimo da discussão proposta pelo Sr. Luiz Roberto
101 Barretti (ABES/SP) sobre a transposição do Guandu; aprovação da deliberação como está; reajuste do PPU
102 como condicionante do TdR. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES/SP) explicou que sua proposta seria incluir, no
103 trecho do TdR que fala sobre as características da bacia o item 3 sobre a transposição da bacia do rio Paraíba do
104 Sul para a bacia do rio Guandu e pequenas alterações no objeto do Termo. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE)
105 disse que o texto já foi discutido e o documento apresentado na Plenária foi definido na última reunião da CTC.
106 Complementou dizendo que não teriam como incluir um produto sem detalhamento, com isso teriam que
107 retornar o documento à CTC e perderiam o prazo para aprovação do Termo de Referência. A Sra. Eliane
108 Barbosa (SEA/RJ) sugeriu aprovar da forma como está o documento e poderiam posteriormente pensar como
109 seria feito para incluir a solicitação do Sr. Luiz Roberto Barretti. O Sr. Humberto Duarte (Light) disse que vota
110 por aprovar o Termo de Referência da forma como está, tendo em vista que já foi discutido na CTC e que há um
111 prazo para aprovação. A Sra. Maria Aparecida Cabral (CIESP Taubaté) sugeriu que votassem somente o que
112 está sendo apresentado na pauta da reunião e que haja um estudo sobre a proposta de aumento do PPU antes de
113 deliberarem sobre o assunto. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES/SP) retirou sua proposta de alteração, ficando
114 duas propostas para votação. Ana Maria de Gouvea (Prefeitura de Piquete) mencionou que a Plenária está acima
115 da CTC e que o que for aprovado tem que ser acatado por outras instâncias. **ENCAMINHAMENTO:** o Sr.
116 *Matheus Machado Cremonese (CEIVAP) colocou o Termo de Referência em votação e não havendo mais*
117 *manifestações, foi aprovado.* Dando continuidade à reunião o Sr. Matheus Machado Cremonese (CEIVAP)
118 disse que prosseguiriam sobre encaminhamento do reajuste do PPU. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) lembrou
119 que não era um item previsto em pauta e que teriam pessoas que gostariam de participar dessa discussão,
120 lembrando que esse estudo está contemplado no Termo de Referência. O Sr. Lício Sá (FIPERJ/RJ) propôs que
121 a mesa coloque em votação o reajuste de cem por cento que vai impactar somente em 2019. O Sr. Deivid de
122 Oliveira (FIEMG/MG) lembrou que deve existir uma deliberação fundamentada e que esteja na pauta para ser
123 submetida à aprovação. O regimento foi consultado e lido pelo Sr. André Marques (AGEVAP) a fim de não
124 cometer nenhuma ilegalidade ao colocar o item anteriormente sugerido em votação. O Sr. Eduardo Araújo
125 (IGAM) sugeriu que o Termo fosse aprovado na plenária e, depois, fariam um outro documento que define o

126 reajuste, conforme sugerido pela Sra. Vera Lúcia Teixeira. A Sra. Moema Versiani (INEA/RJ) explicou que o
127 que vai ser votado agora não é o valor do reajuste, mas sim, que ele seja pensado e discutido para ser
128 implementado em 2019. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida!) sugeriu encaminhar para a
129 Câmara Técnica documento com o valor do reajuste. O Sr. Marcos Martinelli (Sec. Est. de Agricultura e
130 Abastecimento) recomendou que a CTC, a partir de estudos, defina o índice mais adequado do reajuste para ser
131 votado na próxima plenária. **ENCAMINHAMENTO:** *discutir na CTC reajuste para correção inflacionária*
132 *dos valores do PPU para implementação a partir de 2019 referente aos valores de 2003 a 2017 com proposta*
133 *de deliberação para a próxima plenária de 2018.* O Sr. Matheus Machado Cremonese (CEIVAP) colocou a
134 proposta em votação e 21 (vinte e um) membros votaram a favor, 3 (três) votaram contra o encaminhamento,
135 entre eles o Sr. Marcos Martinelli (Sec. Est. de Agricultura e Abastecimento), e os Srs. João Emídio (IAVARP)
136 e Eduardo Dantas (CEIVAP) se abstiveram. Não havendo mais manifestações, a mesa prosseguiu para a
137 próxima discussão.

138 **ITEM 5: Aprovação Deliberação CEIVAP que dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para**
139 **Acompanhamento da Revisão do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – GT Plano –** O Sr.
140 André Marques (AGEVAP) leu a lista dos indicados para composição, sendo um representante de órgão gestor,
141 do INEA, IGAM, DAEE, ANA, CTC, GTAI e AGEVAP. Os nomes sugeridos foram Luiz Roberto Barretti
142 (CTC), Fabrício Gomes (DAEE), Samuel Muylart (INEA), Osman Fernandes (GTAI). O IGAM e a ANA irão
143 indicar seus representantes posteriormente. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) destacou que todas as
144 instituições receberão carta e, a partir daí, definirão seus representantes oficiais. O Sr. André Marques
145 (AGEVAP) frisou que a execução do Plano será dividida em duas partes, sendo a primeira responsável pela
146 conclusão do que a empresa anterior já havia feito e, a segunda, construir o Plano de cada comitê. O Vice-
147 Presidente do CEIVAP colocou a proposta em votação e foi aprovada. **ITEM 6: Aprovação Deliberação**
148 **CEIVAP que dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho Resíduos Sólidos – GT Resíduos –**
149 Primeiramente, a composição contaria com um representante estadual de resíduos sólidos de cada um dos três
150 estados (RJ, SP e MG) e dois colaboradores da área técnica da AGEVAP. O Sr. João Emídio (IAVARP) sugeriu
151 que haja participação da sociedade civil e manifestou interesse em participar, assim como o Sr. Roberto
152 Machado (Instituto Rio Carioca). A Sra. Eliane Barbosa (SEA/RJ) disse que a gestão dos resíduos sólidos é
153 responsabilidade da gestão municipal e que o órgão estadual pode fazer um arranjo com os municípios e
154 consórcios para indicar um representante. O Sr. André Marques (AGEVAP) contou que o primeiro trabalho do
155 GT será um workshop com especialistas no tema. O Sr. Elias Adriano dos Santos (AJADES) concordou com a
156 sugestão do Sr. João Emídio e disse que precisam de outro tipo de visão e metodologia, visto que os resíduos
157 sólidos são discutidos apenas no ambiente urbano e não no rural. A Sra. Eliane Barbosa (SEA/RJ) falou que,
158 para o Grupo de Trabalho não ser muito grande, deveria conter três representantes de cada estado, sendo um da
159 sociedade civil, um do poder público e um dos usuários, e três colaboradores da AGEVAP. O Sr. Luiz Roberto
160 Barretti (ABES/SP) sugeriu que um representante do órgão gestor e um representante municipal de cada estado
161 também façam parte da composição do GT, totalizando quatorze membros. O Sr. Matheus Machado Cremonese
162 (CEIVAP) colocou em votação o texto da deliberação e a proposta de quatorze representantes no GT. Não
163 houve nenhuma manifestação contrária, a deliberação e a composição foram aprovadas. **ITEM 8: Assuntos**
164 **Gerais –** O Vice-Presidente do CEIVAP abriu espaço para os membros do Comitê se manifestarem e, tanto o
165 Sr. Matheus Machado Cremonese quanto o Sr. Eduardo Dantas, foram parabenizados pela condução da reunião.
166 Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Matheus Machado Cremonese (CEIVAP) deu por encerrada a 2ª Reunião
167 Extraordinária do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, agradecendo a
168 participação de todos. A presente ata foi lavrada por mim, Gabrielle de Castro, Secretária *ad hoc*, e, depois de
169 aprovada, foi assinada pelo Vice-Presidente do CEIVAP, Sr. Matheus Machado Cremonese e pelo Secretário do
170 CEIVAP, Sr. Eduardo Schlaepfer Ribeiro Dantas.

171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186

Resende, 23 de novembro de 2017.

Matheus Machado Cremonese
Vice-Presidente do CEIVAP

Eduardo Schlaepfer Ribeiro Dantas
Secretário do CEIVAP